

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.

CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Demonstrações Contábeis Regulatórias Referentes
ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Diretores da
Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, emitida em 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, emitida em 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Início da fase de operação

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis regulatórias, a Companhia está em processo de obtenção da licença de instalação, para iniciar a fase de construção de sua linha de transmissão. A Companhia espera obter a licença de instalação em agosto de 2017 e o início da fase de operação da transmissão está previsto para outubro de 2018.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Em consequência do estágio atual de suas atividades (fase de obtenção de licença de instalação e início da fase de construção), a Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2016 capital circulante negativo de R\$7.343 mil. A continuidade operacional da Companhia está condicionada ao suporte financeiro de seu acionista controlador e ao êxito nos processos de obtenção da licença de instalação.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base na premissa de continuidade das operações, que contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades e não possuem nenhum ajuste em virtude dessas incertezas significativas. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Base para elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 9 de março de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, emitida em 11 de março de 2014, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2017


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015		Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Ativos				Passivos			
<i>Ativos circulantes</i>				<i>Passivos circulantes</i>			
Equivalentes de caixa	4	10	1.925	Fornecedores		7.361	528
Títulos e valores mobiliários	5	303	9.700	Impostos e contribuições sociais	6	316	137
Impostos e contribuições sociais	6	190	204	Dividendos a pagar	12	147	355
Outras contas a receber		-	1	Outras contas a pagar		22	21
Total dos ativos circulantes		503	11.830	Total dos passivos circulantes		7.846	1.041
<i>Ativos não circulantes</i>				Patrimônio líquido			
Títulos e valores mobiliários	5	-	207	Capital social		25.384	20.001
Imobilizado	7	30.248	9.670	Reserva de lucros		-	1.140
Intangível	7	4.307	975	Lucros acumulados		1.828	500
Total dos ativos não circulantes		34.555	10.852	Total do patrimônio líquido	10	27.212	21.641
Total dos ativos		35.058	22.682	Total dos passivos e do patrimônio líquido		35.058	22.682

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Demonstração do resultado para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais- R\$, exceto lucro por ação)**

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Serviços de terceiros		(440)	(508)
Outras despesas operacionais líquidas		(5)	(26)
Despesas operacionais		(445)	(534)
Resultado da atividade		(445)	(534)
Receitas financeiras		632	2.092
Despesas financeiras		(10)	(1)
Receitas financeiras líquidas		622	2.091
Resultado antes dos impostos e contribuições		177	1.557
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(197)	(690)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(20)	867
Lucro (prejuízo) lucro por ação			
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído (em R\$ mil)	14	(0,00100)	0,04335

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(20)</u>	<u>867</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(20)</u></u>	<u><u>867</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Especial		
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)		20.001	44	624	252	20.921
Lucro líquido do exercício		-	-	-	867	867
Destinações societárias do exercício:						
Reserva legal		-	31	-	(31)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	(147)	(147)
Reserva especial		-	-	441	(441)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		20.001	75	1.065	500	21.641
Reversão dos dividendos obrigatórios de 2014- AGO de 23/03/2016		-	-	208	-	208
Aumento de Capital - AGE 28.12.2016		5.383	-	-	-	5.383
Prejuízo do exercício		-	-	-	(20)	(20)
Compensação de prejuízos - Reservas de lucros (art. 189 Lei nº 6.404/76)		-	(75)	(1.273)	1.348	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	9	25.384	-	-	1.828	27.212

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota explicativa	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(20)	867
Ajustes para:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	197	690
Variações nos ativos e passivos:			
Redução (aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		172	(278)
Aumento no saldo de fornecedores (*)		566	479
Aumento no saldo de outras contas a pagar, líquido da redução (aumento) de outras contas a receber		2	10
Caixa gerado nas atividades operacionais		917	1.768
Imposto de renda e contribuição social pagos		(176)	(396)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		741	1.372
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	5	9.604	(9.907)
Adições no imobilizado e intangível (*)	7	(17.643)	(8.025)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(8.039)	(17.932)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		5.383	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		5.383	-
Redução líquida nos equivalentes de caixa		(1.915)	(16.560)
Saldo inicial dos equivalentes de caixa	4	1.925	18.485
Saldo final dos equivalentes de caixa	4	10	1.925
Redução líquida nos equivalentes de caixa		(1.915)	(16.560)

(*) Transações Não Caixa - referem-se às aquisições de imobilizado e intangível, cujos pagamentos ainda não foram realizados aos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2016, o montante das provisões aos fornecedores era de R\$6.267.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2016**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Mariana Transmissora de Energia S.A. ("Mariana" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2013, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Mariana - MG, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2013, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 2 de maio de 2014, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 011/2014 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos, cuja previsão para início das operações é outubro de 2018.

Desde assinatura do contrato de concessão, a Companhia vem desenvolvendo projetos técnicos executivos, contratando fornecedores de materiais e serviços de instalação, para fabricar equipamentos e desenvolver atividades relacionadas ao licenciamento ambiental, que teve início em novembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2016 permanecia em análise técnica pelo órgão competente (a licença prévia foi emitida em 21 de fevereiro de 2017 pelo órgão competente, vide nota explicativa nº 16 - Eventos Subsequentes). Após emissão da licença de instalação, cuja emissão está prevista para agosto de 2017, será iniciada a fase de construção da linha de transmissão, com duração estimada de 14 (quatorze) meses.

Embora haja expectativa de cumprimento do prazo previsto no contrato de concessão firmado, para a entrada em operação da linha de transmissão, a Administração da Mariana encontra-se em tratativas junto à ANEEL buscando revisão de determinadas condições contratuais relacionadas à receita anual permitida, tendo como base os eventuais impactos decorrentes do atraso na emissão da licença de instalação pelo órgão ambiental competente.

A Administração da Companhia não possui expectativa de incorrer em penalidades em eventual atraso caso a data de entrada em operação não seja cumprida, pois entende que este seria decorrente de fatos não imputáveis à Companhia passíveis de comprovação perante a ANEEL (atraso na emissão da licença de instalação). Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nesta data relacionada a este tema.

A Mariana é uma subsidiária integral da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$7.343, decorrente, principalmente, da conta "Fornecedores". Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Companhia conta com aportes de recursos a serem efetuados pelo seu acionista, tendo sido aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 11 de julho de 2016, o aumento de capital de até R\$40.000, alcançando um capital social total de até R\$60.000, sendo que R\$5.383 foi integralizado em 2016.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 28 de abril de 2017.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2016**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das Demonstrações Financeiras Societárias e Demonstrações Contábeis Regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) estão descritas na nota explicativa nº 17.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

a) Avaliação de instrumentos financeiros - São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários, jurisdições em que a Companhia atua, e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos quando aplicáveis bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados anteriormente.

c) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2016**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realizará atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, quando finalizar sua construção, que ainda está em andamento (vide nota explicativa nº 1). Tal contrato estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre a quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do ONS, assegurando que não há obrigações contratuais diretas entre aqueles que acessam a linha de transmissão e a Companhia.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - Itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A amortização do ágio quando aplicável, é reconhecida no resultado baseando-se no prazo remanescente da concessão.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Não há reconhecimento de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando ocorre a transferência dos direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Investimentos mantidos até o vencimento - Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

(iii) Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b) Passivos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2016**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na seguinte categoria:

(i) Outros passivos financeiros ao custo amortizado - Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c) Instrumento patrimonial

(i) Capital social - Ações ordinárias - Ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social são reconhecidos como passivo.

3.4. Redução ao valor recuperável ("impairment")

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas no exercício apresentado.

3.5. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e perdas reconhecidas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 32% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% da receita; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 32% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

3.7. Resultado por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico e o diluído são calculados por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2016**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.8. Normas e interpretações novas e revisadas

3.8.1. Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2016^(a), que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no período atual e em períodos anteriores:

- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de aquisições de participações em operações conjuntas ("Joint Operation").
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo imobilizado, ativo biológico e produto agrícola.
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização.
- Modificações à IAS 27 - Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.
- Modificações às IFRS - Ciclos de melhorias anuais 2012-2014.
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras.
- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento.

(a) IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas - também passou a ter sua vigência efetiva para entidades que adotaram as IFRS em suas demonstrações financeiras para exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2016, ou depois. No entanto, essa IFRS não é aplicável para a Companhia por não ser o primeiro ano de adoção das IFRS.

3.8.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2016

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- Modificações à IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento (a).
- Modificação à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas (a).
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros (b).
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou "Joint Venture".
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (b).
- IFRS 16 - Arrendamento mercantil (c).
- Modificações à IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações (b).
- IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e considerações antecipadas (b).
- Modificações à IAS 40 - Transferências de propriedades de investimento (b).
- Modificações à IFRS 1 e IAS 28 - Ciclos de melhorias anuais 2014-2016 (b).
- Modificações à IFRS 12 - Ciclos de melhorias anuais 2014-2016 (a).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2017;
- (b) 1º de janeiro de 2018; e
- (c) 1º de janeiro de 2019.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
 findo em 31 de dezembro de 2016**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2016. Não são esperadas modificações significativas nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia quando da adoção das normas novas e revisadas.

Até a data destas demonstrações contábeis regulatórias, o MCSE não especificou tratamento distinto com relação às IFRS novas e revisadas acima mencionadas.

4. Equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Bancos	10	12
Aplicações financeiras - Fundo de Investimento	-	1.913
	10	1.925

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	31/12/2016	31/12/2015
Investimentos em cotas de fundos - Fundo Pampulha	303	9.907
Ativo circulante	303	9.700
Ativo não circulante	-	207

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros no fundo de investimento FIC de FI PAMPULHA, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Em 31 de dezembro de 2016, a taxa de rentabilidade média foi aproximadamente 106,31% do CDI (103,02 % do CDI em 31 de dezembro de 2015).

6. Impostos e contribuições sociais

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Circulante		
Imposto de Renda a compensar	150	94
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	6	76
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	34	34
	190	204
Passivo Circulante		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	261	25
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes	2	43
CSLL, COFINS e PIS - Lei nº 10.833	8	66
Outros (*)	45	3
	316	137

(*) Valores substancialmente relacionados à ICMS e INSS.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Imobilizado e intangível

Imobilizado	Valor Bruto em 2015	Adições (A)	Valor Bruto em 2016	Adições Líquidas (A)	Valor Líquido 2016	Valor Líquido 2015
Ativo Imobilizado em Curso						
Transmissão						
Máquinas e equipamentos	6.395	17.847	24.242	17.847	24.242	6.395
Adiantamentos a fornecedores (a)	3.275	2.731	6.006	2.731	6.006	3.275
Total do Ativo Imobilizado	9.670	20.578	30.248	20.578	30.248	9.670

(a) Adiantamentos a fornecedores para aquisição de materiais e equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica.

Intangível	Valor Bruto em 2015	Adições (A)	Valor Bruto em 2016	Adições Líquidas (A)	Valor Líquido 2016	Valor Líquido 2015
Ativo Intangível em Curso						
Intangíveis em curso (b)	975	3.332	4.307	3.332	4.307	975
Total do Ativo Intangível	975	3.332	4.307	3.332	4.307	975

(b) Saldo pulverizado ainda não unitizado e composto por marcas e patentes, softwares, serviços prestados capitalizáveis, entre outros.

	Taxas anuais médias de depreciação	2016			2015
		Valor Bruto	Deprec. e amortiz. acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em curso					
Transmissão - Custo histórico	n/a	34.555	-	34.555	10.645
Total do imobilizado e intangível		34.555	-	34.555	10.645

Composição das adições por tipo de gasto capitalizado	Material / equipamentos	Outros gastos	Total
Em Curso			
Máquinas e equipamentos	17.847	-	17.847
Adiantamentos a fornecedores	2.731	-	2.731
Intangíveis em curso	-	3.332	3.332
Total do imobilizado e intangível em curso	20.578	3.332	23.910

8. Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, seus acionistas e empresas ligadas, cujos saldos estão registrados na rubrica "Outras contas a pagar".

a) Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações contábeis regulatórias, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
Transações com a controladora						
1	Outras contas a pagar x Outras despesa - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x Mariana	R\$ 19 Valor mensal	Nov/2014 a Nov/2018	Multa de 2% ao mês/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias. Na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Não houve.
2	Outras contas a pagar x Outras despesas - Reembolso de despesas Taesa x Mariana (*)	R\$ 1	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve	Não houve.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações contábeis regulatórias, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
	Transações com empresa ligada					
3	Contrato de compartilhamento de instalações - Mariana x CEMIG GT (**)	R\$1.213 Parcela única e R\$50 Valor mensal	Nov/2015 até a extinção da concessão de uma das partes	Atualização pelo IPCA	Não houve	Não houve. Taxa ainda não vigente.
4	Custos com estudos do leilão 13/2013 - Mariana x CEMIG GT	R\$188 Parcela única	N/A	Atualização pelo IPCA	Não houve	Não houve.

(*) Processo de gerenciamento de custos e despesas do Grupo Taesa - uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas. A Administração considera, para fins de divulgação, apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) pois não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

(**) Em 18 de dezembro de 2015 a Companhia pagou R\$1.267 referentes aos custos incorridos na fase de implantação, nas atividades de análise de projeto, atualização de estudos, fornecimento de documentos técnicos, acompanhamento da obra e do comissionamento das instalações de transmissão.

REF	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2016	31/12/2015	2016	2015
1	Serviços de "BackOffice" - Taesa x Mariana	23	19	281	232
2	Reembolso de despesas - Mariana x Taesa	-	1	-	-
3	Compartilhamento de instalações - Mariana x CEMIG GT	-	-	-	1.267
4	Custos com estudos do leilão 13/2013 - Mariana x CEMIG GT	-	-	-	188
		23	20	281	1.687

b) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

9. Imposto de renda e Contribuição social

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social correntes	(197)	(690)

Correntes - a Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido.

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social	31/12/2016		31/12/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Renda de aplicação financeira	632	632	2.092	2.092
Outros	-	-	7	7
Base de cálculo	632	632	2.099	2.099
Imposto de renda - 15%	(95)	-	(315)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(45)	-	(186)	-
Contribuição social - 9%	-	(57)	-	(189)
Total de despesa	(140)	(57)	(501)	(189)
Total de IRPJ e CSLL		(197)		(690)

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Patrimônio líquido

Capital social - em 31 de dezembro de 2016 o capital social totalmente integralizado era de R\$25.384 (R\$20.001 em 31 de dezembro de 2015), representado por 25.384.000 mil ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais. A Companhia é uma subsidiária integral da Taesa.

Data	Evento	Capital integralizado
28/12/2016	AGE	5.383

Reserva de lucros

- Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- Reserva especial - constituídas com todo ou parte do lucro remanescente com a finalidade de suportar o orçamento anual ou plurianual de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, que delibera sobre as demonstrações financeiras do exercício.

Os saldos das reservas de lucros existentes em 31 de dezembro de 2015 foram absorvidos pelo prejuízo societário do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Lucros (prejuízos) acumulados - o saldo desta rubrica, na contabilidade regulatória, refere-se à diferença entre o resultado auferido nas demonstrações societárias e o das demonstrações contábeis regulatórias.

Em 23 de março de 2016 a AGO ratificou a destinação do lucro líquido do exercício de 2015 e reverteu os dividendos obrigatórios do exercício de 2014 no valor de R\$208.

11. Cobertura de Seguros

A Companhia contratou seguro garantia de fiel cumprimento para garantia de indenização em 1º de abril de 2014, até o valor fixado na apólice, dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão oriundo do edital de leilão nº 013/2013 - ANEEL, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Apólice vigente em 31/12/2016	Seguradora	Vigência	LMI (a)
Seguro Garantia de Fiel Cumprimento	J. Malucelli /seguradora S.A	01/01/2014-01/07/2017	5.350

(a) LMI - Limite máximo de indenização.

12. Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2015	Dividendos obrigatórios (revertidos)	31/12/2016
Dividendos a pagar à Taesa	355	(208)	147

O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anuais mínimos obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
 findo em 31 de dezembro de 2016
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

13. Instrumentos financeiros

13.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem o risco de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos períodos apresentados.

13.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

13.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros		
Equivalentes de caixa - Bancos	10	12
<i>Mensurados ao valor justo por meio de resultado</i>		
- Títulos e valores mobiliários	303	9.700
- Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	-	1.913
<i>Mantidos até o vencimento</i>		
- Títulos e valores mobiliários	-	207
	313	11.832
Passivos financeiros		
<i>Outros passivos financeiros ao custo amortizado</i>		
- Fornecedores	7.361	528

13.4. Riscos de mercado

13.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar esse risco a Companhia monitora permanentemente as oscilações dos índices de inflação.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
 findo em 31 de dezembro de 2016
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

13.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade apresentadas foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos, não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	31/12/2016
CDI (a)	9,00%	14,00%

(a) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 03 de março de 2017 - Fonte externa independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	Saldo em 31/12/2016	Efeito no LAIR - janeiro a dezembro de 2016 - (redução) Provável
<u>Ativos financeiros</u>		
Títulos e valores mobiliários - CDI	303	(15)

13.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado considerando as contrapartes em que tais instrumentos são mantidos

13.6. Gestão dos riscos operacionais (fase de construção)

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Os principais riscos operacionais (fase de construção) que a Companhia está exposta são:

Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - a Companhia poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
 findo em 31 de dezembro de 2016**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Risco de descontinuidade de um fornecedor específico que não tenha substituto no mercado - onde a Companhia possa ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa seus resultados operacionais. O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia nos custos.

13.7. Valor justo dos instrumentos financeiros

13.7.1 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015	Hierarquia do valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Equivalentes de caixa	4	-	1.913	Nível2
Títulos e valores mobiliários	5	303	9.907	Nível2
		303	11.820	

Os diferentes níveis da hierarquia do valor justo são definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

13.7.2 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto são exigidas divulgações do valor justo)

A Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nesta demonstração contábil regulatória, se aproximam dos seus valores justos, uma vez que tem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias ou não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

14. Resultado por ação

	2016	2015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(20)	867
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (lote de mil)	20.045	20.001
Lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	(0,00100)	0,04335

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. Compromissos assumidos

Aspectos ambientais - Em 18 de novembro de 2014, foi protocolado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento Linha de Transmissão 500 kV - Itabirito 2/Vespasiano 2, junto à Superintendência Regional de Regularização Ambiental (SUPRAM), órgão responsável para efetuar o processo de Licenciamento Ambiental, cuja expedição está prevista para o primeiro semestre de 2017.

Contrato para implantação das subestações - No dia 07 de abril de 2015, a Companhia celebrou um contrato com a São Simão Montagens e Serviços de Eletricidade Ltda., na modalidade Lump Sum Turnkey, cujo objeto é o fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais, bem como a prestação de todos os serviços necessários, incluindo execução das obras civis, montagem eletromecânica e comissionamento nas subestações Itabirito II e Vespasiano II, no valor de R\$19.924, com vencimento para 9 (nove) meses a partir da emissão do Termo de autorização de início de serviço - TAS, que será realizada após a liberação da licença de instalação pelo órgão ambiental competente, prevista para agosto de 2017. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía com esse fornecedor adiantamentos no valor de R\$1.594 e contas a pagar no valor de R\$1.123 e efetuou pagamentos durante o exercício de 2016 no valor de R\$923.

Contratos para construção de linha de transmissão

No dia 27 de julho de 2015, a Companhia celebrou um contrato com a Brametal S.A., cujo objeto é o fornecimento de torres metálicas treliçadas, no valor estimado de R\$13.650, com vencimento para 12 (doze) meses da assinatura do contrato, condicionado a emissão do TAS. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía com esse fornecedor contas a pagar no valor de R\$184 (R\$0 no exercício de 2015) e efetuou pagamentos durante o exercício de 2016 no valor de R\$631 (R\$0 no exercício de 2015).

No dia 07 de março de 2016, a Companhia celebrou um contrato com a Nexans Brasil S.A., cujo objeto é o fornecimento de cabo condutor de alta tensão de liga de alumínio 6201 por 1350, ACAR 750 MCM e de cabo CAA Dotterel, no valor final de R\$16.546, concluído em 31 de janeiro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía com esse fornecedor adiantamentos no valor de R\$3.919 e contas a pagar no valor de R\$5.587 e efetuou pagamentos durante o exercício de 2016 no valor de R\$8.340.

16. Eventos subsequentes

Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") - a RCA da Taesa iniciada em 11 de julho de 2016 e finalizada em 12 de julho de 2016 aprovou o aumento de capital da Companhia em até R\$40.000. Em janeiro de 2017 ocorreram Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital-AFACs no total de R\$5.205, nas datas descritas a seguir:

Data	Valor	Data	Valor	Data	Valor
06/01/2017	10	13/01/2017	417	23/01/2017	128
10/01/2017	10	18/01/2017	4.129	25/01/2017	11
11/01/2017	74	19/01/2017	410	27/01/2017	16

Aprovação de licenciamento prévio ambiental - O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM decidiu em sua 2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Especializada de Atividades de Infraestrutura de Energia - CIE, realizada em 21 de fevereiro de 2017, a aprovação da licença prévia ambiental da linha de transmissão de energia elétrica, denominada LT 500kV - Itabirito II - Vespasiano II. A Companhia deverá atender as condicionantes abaixo quando da formalização da licença de instalação:

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2016**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Apresentar: (i) detalhamento dos programas ambientais a serem executados na fase de implantação (obras) do projeto; (ii) declaração de compensação ambiental do Instituto Estadual de Florestas; (iii) quantitativo total de cada indivíduo ameaçado que será suprimido; (iv) identificação em nível de espécies dos indivíduos identificados em nível de gênero ao qual consta na lista de espécies ameaçadas; (v) proposta de compensação dos indivíduos arbóreos protegidos por lei que serão suprimidos; (vi) declaração de Colheita e Comercialização para a supressão do reflorestamento; (vii) comprovante de formalização no Instituto Estadual de Florestas do processo de compensação ambiental; (viii) cópia da Declaração de Utilidade Pública; (ix) manifestação dos órgãos gestores das unidades de conservação quanto ao cumprimento das recomendações e/ou condicionantes, pertinentes à fase de licença prévia, estabelecidas pelos mesmos nas anuências concedidas para o empreendimento; (x) estudo de classificação das feições espeleológicas identificadas na área; e (xi) manifestação da Fundação Palmares quanto ao registro de comunidades quilombolas no Município de Nova Lima;
- Solicitar junto ao órgão ambiental responsável, as autorizações para manejo de fauna silvestre necessárias à execução do monitoramento e do resgate/salvamento e apresentar os respectivos comprovantes;
- Protocolar na Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana proposta de compensação florestal por intervenção ou supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente; e
- Comprovar o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

**17. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício
regulatório e societário**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial

	Nota explicativa	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
<i>Ativos circulantes</i>							
		10	-	10	1.925	-	1.925
		303	-	303	9.700	-	9.700
		190	-	190	204	-	204
		-	-	-	1	-	1
Total dos ativos circulantes		503	-	503	11.830	-	11.830
<i>Ativos não circulantes</i>							
		-	-	-	207	-	207
	(i)	-	37.160	37.160	-	11.313	11.313
	(iv)	30.248	(30.248)	-	9.670	(9.670)	-
	(iv)	4.307	(4.307)	-	975	(975)	-
Total dos ativos não circulantes		34.555	2.605	37.160	10.852	668	11.520
Total dos ativos		35.058	2.605	37.663	22.682	668	23.350
	Nota explicativa	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivos							
<i>Passivos circulantes</i>							
		7.361	-	7.361	528	-	528
		316	-	316	137	-	137
		147	-	147	355	-	355
		22	-	22	21	-	21
Total dos passivos circulantes		7.846	-	7.846	1.041	-	1.041
<i>Passivos não circulantes</i>							
	(ii)	-	3.390	3.390	-	875	875
	(iii)	-	1.137	1.137	-	293	293
Total dos passivos não circulantes		-	4.527	4.527	-	1.168	1.168
<i>Patrimônio líquido</i>							
		25.384	-	25.384	20.001	-	20.001
		-	-	-	1.140	-	1.140
		1.828	(1.922)	(94)	500	(500)	-
Total do patrimônio líquido	(v)	27.212	(1.922)	25.290	21.641	(500)	21.141
Total dos passivos e do patrimônio líquido		35.058	2.605	37.663	22.682	668	23.350

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Nota explicativa	2016			2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita de construção		-	21.984	21.984	-	4.931	4.931
Remuneração do ativo financeiro		-	1.133	1.133	-	337	337
Receita bruta	(vi)	-	23.117	23.117	-	5.268	5.268
PIS e COFINS		-	(843)	(843)	-	(192)	(192)
Tributos e encargos	(vii)	-	(843)	(843)	-	(192)	(192)
Receita líquida		-	22.274	22.274	-	5.076	5.076
Material e outros custos de construção	(viii)	-	(21.181)	(21.181)	-	(4.751)	(4.751)
Custos operacionais		-	(21.181)	(21.181)	-	(4.751)	(4.751)
Serviços de terceiros		(440)	-	(440)	(508)	-	(508)
Outras despesas operacionais, líquidas		(5)	-	(5)	(26)	-	(26)
Despesas operacionais		(445)	-	(445)	(534)	-	(534)
Resultado da atividade		(445)	1.093	648	(534)	325	(209)
Receitas financeiras		632	-	632	2.092	-	2.092
Despesas financeiras		(10)	-	(10)	(1)	-	(1)
Receitas financeiras, líquidas		622	-	622	2.091	-	2.091
Resultado antes dos impostos e contribuições		177	1.093	1.270	1.557	325	1.882
Imposto de renda e contribuição social	(ix)	(197)	(2.515)	(2.712)	(690)	(573)	(1.263)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(x)	(20)	(1.422)	(1.442)	867	(248)	619
Lucro (prejuízo) por ação							
Lucro (prejuízo) por ação ordinária - básico e diluído (em R\$)		(0,00100)	(0,07094)	(0,07194)	0,04335	(0,01240)	0,03095

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2016**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo financeiro de concessão

A Companhia vem adotando nas suas demonstrações financeiras societárias para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão a interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12) e a orientação OCPC - 05 - Contratos de Concessão. Com base nesse modelo, a receita anual permitida - RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão), e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear, quando ocorrer a fase de operação.

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, são contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (equivalente ao IAS 18) e a interpretação ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes, quando aplicável.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção da ICPC 01 (R1) nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo financeiro, vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

- Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pela ICPC 01 (R1); e
- Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
 findo em 31 de dezembro de 2016**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(v) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio líquido societário	25.290	21.141
Ativo financeiro (ICPC 01 (R1))	(37.160)	(11.313)
Imobilizado e intangível (ICPC 01 (R1))	34.555	10.645
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1))	3.390	875
Tributos diferidos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1))	1.137	293
Patrimônio líquido regulatório	27.212	21.641

(vi) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e remuneração do ativo financeiro, decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos da ICPC 01 (R1) são desconsiderados.

(vii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso referentes ao PIS e COFINS diferidos.

(viii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção e outros gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material e Outros custos de construção", quando aplicável.

(ix) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IR e CSLL diferidos.

(x) Lucro líquido do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre do efeito da aplicação da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Conciliação do lucro (prejuízo) societário e regulatório	2016	2015
Lucro (prejuízo) societário	(1.442)	619
Receita bruta (ICPC 01 (R1))	(23.117)	(5.268)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1))	843	192
Custos operacionais - Materiais e outros custos de construção (ICPC 01 (R1))	21.181	4.751
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1))	2.515	573
Lucro (prejuízo) regulatório	(20)	867

* * * * *

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2016**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nome	Cargo
Marco Antônio Resende Faria	Diretor sem denominação específica
Marcus Pereira Aucélio	Diretor sem denominação específica

Wagner Rocha Dias
Contador
CRC-RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49